



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 20 • 25/09 a 01/10/05 • ISSN 1809-6182

Documento de Trabalho

26/09/2005 – Alemanha em debate: o capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentesp.01

A Alemanha apresenta diferentes características quanto ao seu modelo de capitalismo, muito distinto, por exemplo, dos Estados Unidos. Estas diferenças, bem ilustradas pelo grande papel que as associações empresariais e os sindicatos desempenham nessa economia, têm implicações significativas. Afetam os setores em que a Alemanha tem vantagens comparativas, assim como ajudam a entender suas políticas sociais. Em anos recentes, a internacionalização produtiva e financeira tem colocado desafios para essa economia. Reformas têm sido adotadas para tornar o modelo mais flexível, mas a Alemanha tem procurado preservar instituições importantes, como as práticas de relações de trabalho. Mas como o impasse da eleição atual bem ilustra, os desafios são consideráveis.

Análises:

28/09/2005 – A Al-Qaeda após os atentados de julhop.07

Discutem-se se o impacto e o significado dos atentados de julho de 2005 em Londres e no Egito, e se estes seriam uma reação aos acontecimentos no Iraque.

28/09/2005 – Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Centralp.11

Após as críticas de Washington sobre a forma como Tashkent conduziu o Caso Andijan em maio deste ano, o governo uzbeque decidiu restringir o acesso estadunidense à sua base militar Khanabad-Karshi que fica ao sul do país. Apesar da declaração oficial do governo uzbeque sobre as restrições às atividades da base se referirem ao fato desta não ter mais tanta utilidade após 4 anos do atentado de 11 de setembro de 2001, o real motivo desta manobra parece ir muito além disso ou do caso Andijan.

Resenhas:

28/09/2005 – Negociações sobre programa nuclear norte-coreano geram novo acordop.14

Após mais de dois anos de negociação em torno da questão nuclear norte-coreana, Estados Unidos, Rússia, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte se comprometeram a assinar um acordo inicial. Este prevê, dentre outras medidas, o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano e também a concessão de garantias políticas, econômicas e diplomáticas por parte dos demais países à Coreia do Norte.

29/09/2005 – Eleições no Afeganistãop.17

Em meio a denúncias de fraude e violência, as eleições parlamentares e provinciais realizadas no Afeganistão são consideradas um sucesso.

29/09/2005 – Resolução européia sobre o Irã é aprovada na AIEAp.20

A aprovação da proposta de resolução européia sobre o Irã no Conselho de Governadores da Agência Internacionais de Energia Atômica (AIEA) aumenta a tensão com relação à possível denuncia do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Alemanha em debate: o capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentes

Documento de Trabalho
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Prof. Alexandre Queiroz Guimarães
26 de setembro de 2005

A Alemanha apresenta diferentes características quanto ao seu modelo de capitalismo, muito distinto, por exemplo, dos Estados Unidos. Estas diferenças, bem ilustradas pelo grande papel que as associações empresariais e os sindicatos desempenham nessa economia, têm implicações significativas. Afetam os setores em que a Alemanha tem vantagens comparativas, assim como ajudam a entender suas políticas sociais. Em anos recentes, a internacionalização produtiva e financeira tem colocado desafios para essa economia. Reformas têm sido adotadas para tornar o modelo mais flexível, mas a Alemanha tem procurado preservar instituições importantes, como as práticas de relações de trabalho. Mas como o impasse da eleição atual bem ilustra, os desafios são consideráveis.

Introdução: o modelo Alemão

A Alemanha desenvolveu, no pós-Segunda Guerra Mundial, um modelo diferente de capitalismo. Apesar do compromisso com as relações básicas de uma economia de mercado, outras formas de regulação foram consolidadas. Enquanto em países de capitalismo liberal, como os Estados Unidos e o Reino Unido, a regulação se dava basicamente via mercado e hierarquias (internas às corporações), o modelo alemão desenvolveu também importantes formas de regulação via *networks* (redes), em que as associações empresariais e os sindicatos desempenham papel fundamental.

Esse arranjo produziu resultados consideráveis, levando a fortes taxas de crescimento no pós-guerra. A produtividade da economia alemã elevou-

se significativamente, crescendo, entre 1950 e 1973, à taxa de 5,9% ao ano, mais de duas vezes superior à taxa verificada nos Estados Unidos. A alta competitividade da economia alemã refletiu-se na ótima performance exportadora, obtida com uma pauta de exportações amplamente diversificada.

No capitalismo coordenado alemão, a participação dos trabalhadores se dá tanto em nível nacional quanto em nível das empresas. A nível central, sindicatos abrangentes, bem representativos da classe, participam junto com as associações empresariais de importantes negociações coletivas. A obtenção de soluções negociadas favorece reajustes salariais coordenados e baixos índices de inflação. No nível das empresas, conselhos de trabalho independentes têm forte representação dentro dos conselhos diretores da empresa, participando ativamente das decisões relacionadas à política de emprego e recursos humanos.

Assim, o modelo, ao oferecer aos trabalhadores diversos mecanismos de participação, coopta-os como parceiros. Canais de participação e proteção contra demissões aumentam os incentivos para investirem em treinamento em qualificações específicas à firma, fundamentais para o tipo de vantagem comparativa que se consolidou na economia alemã.

As associações empresariais cumprem a importante função de tornar a cooperação racional, driblando os dilemas da ação coletiva. Estimulam assim os empresários a trocar informações e engajar em práticas colaborativas com outras empresas, favorecendo projetos conjuntos de transferência de tecnologia e desenvolvimento do produto. As associações também aumentam a confiança das empresas para colaborarem com o governo em projetos conjuntos de treinamento e pesquisa e desenvolvimento. Enfim, as associações, ao mediar as relações das firmas com os respectivos conselhos de trabalho, funcionando como um árbitro capaz de resolver conflitos, estimulam o investimento, tanto pelas empresas como pelos trabalhadores, em habilidades específicas à empresa. Além disso, o engajamento das associações em conjunto com os sindicatos é fundamental para o desenho e implementação de programas de treinamento voltados para as principais necessidades da indústria.

Nesse modelo, o Estado desempenha o importante papel de dar suporte ao arranjo. A estrutura federalista do Estado alemão, o sistema político marcado por governos de coalizão e a independência de órgãos como o Banco Central limitam a capacidade do Estado de tomar decisões rápidas e bruscas. Ao contrário, o arranjo favorece um contexto de estabilidade propício ao funcionamento da economia. O Estado provê a infra-estrutura, participa em programas de treinamento e pesquisa e desenvolvimento e provê os fundos para o financiamento dessas atividades. Um

papel muito importante é desempenhado pelos governos regionais, que praticam intensa política industrial e estimulam a ação de pequenas e médias empresas.

Uma outra característica importante do modelo é a relação próxima desenvolvida entre bancos e empresas. Os bancos possuíam ações e participavam do conselho de decisões das empresas, consolidando uma relação que reduzia o risco e facilitava o aporte de capital de longo prazo. A disponibilidade de um capital mais paciente permitia às empresas o engajamento em estratégias de longo prazo, menos dependentes de resultados imediatos no curto prazo.

A organização desse tipo de capitalismo tem interessantes implicações. Os altos salários e a alta regulamentação retiram a capacidade das empresas de competir por meio de preços baixos. Assim, vão buscar sua capacidade competitiva em nichos de produtos mais elaborados, dependentes de uma mão-de-obra altamente qualificada e comprometida com a empresa. Nesse processo, vale destacar o papel dos mecanismos supra citados de participação dos trabalhadores. Estes, ao darem garantias aos trabalhadores, funcionam como salvaguardas que estimulam os investimentos necessários para o tipo de qualificação exigido pelo modelo.

Nesse sentido, as instituições alemãs têm efeitos importantes em termos de vantagens comparativas. Favorecem vantagens comparativas em produtos de alta qualidade, dependentes de inovações incrementais e de habilidades específicas à firma. As vantagens comparativas são também favorecidas pelas *networks* que estimulam a troca de informações e o engajamento em projetos conjuntos de pesquisa e tecnologia. Assim, cumprem papel importante para a excelência da indústria alemã em nichos como máquinas-ferramentas, bens de capital, engenharia de precisão e automóveis. Por outro lado, a participação de vários

agentes no processo decisório e a existência de vários pontos de veto reduzem a capacidade competitiva em nichos que dependem de respostas rápidas aos sinais de mercado e da capacidade de inovar radicalmente. Isso explica o desempenho inferior em nichos como semicondutores, biotecnologia, softwares e vários outros nichos do setor serviços.

Em síntese, o bom funcionamento do modelo alemão, verificado até a metade dos anos 80, dependia da capacidade de conquistar mercados em produtos de alta qualificação, aproveitando as vantagens propiciadas por uma mão de obra treinada e comprometida com a empresa. Na incapacidade de gerar tais mercados, o desemprego tende a crescer significativamente, tornando os custos do *Welfare State* (Estado do Bem Estar) insustentáveis.

Dificuldades e Pressões para Mudanças

As dificuldades do capitalismo coordenado alemão surgem nos anos 70, quando os japoneses passaram a superar a Alemanha em vários nichos de alta qualidade. Ficaram claros, naquele contexto, os limites do sistema de inovação alemão, bom em inovações incrementais mas lento na capacidade de responder rapidamente a contextos cambiantes e instáveis. Assim, a perda de mercados significou pressões crescentes no mercado de trabalho. Embora o bom desempenho das exportações nos anos 80, estimulado pelo câmbio favorável, tenha mascarado as dificuldades, o choque da unificação com a Alemanha Oriental foi tão forte que agravou decisivamente o quadro. A incorporação dos trabalhadores do leste aumentou significativamente o desemprego e os gastos com o *Welfare State*. Em tal contexto, as reformas foram tímidas e incapazes de enfrentar o desafio. As políticas de treinamento tiveram

resultados limitados e a competitividade do modelo foi prejudicada pela lentidão em introduzir as novas práticas de produção enxuta.

As dificuldades foram amplificadas pela série de mudanças que ocorriam na economia mundial. A desregulamentação financeira, atraindo os bancos para o cassino global, afetou negativamente a relação de longo prazo existente entre bancos e empresas. Por sua vez, a internacionalização das empresas, que passaram a atuar em vários países e contextos, também significou demandas para uma regulamentação mais neutra. A atuação em bolsas de valores internacionais pressionava por uma padronização do modelo de governança corporativa, enquanto o desejo de atrair (ou reter) capital pressionava os governos a adotar sistemas de regulamentação mais favoráveis ao capital. Enfim, a União Européia pressionava por uma regulamentação mais facilmente compartilhável pelos países. Em síntese, todos esses fatores, ligados à internacionalização produtiva e financeira, colocaram em xeque o insulamento de um modelo de regulação que apresentava várias alternativas ao mercado.

Outra importante fonte de pressão veio do novo paradigma tecnológico, centrado na tecnologia da informação. Em sua fase atual, o paradigma é marcado por novas oportunidades de investimento e fortes mudanças nos preços relativos, tendendo, pois, a favorecer países cuja estrutura institucional permite rápidas respostas a mudanças no contexto. Assim, o novo paradigma vem penalizando os países cuja estrutura institucional é marcada por forte regulamentação e participação de muitos agentes nas decisões. Nesse novo contexto, várias vantagens do capitalismo alemão perdem importância, transformando-se eventualmente em desvantagens. Em face dessas pressões, faz-se imperativo reformular o modelo, sob risco de letargia econômica e mesmo inviabilização do pacto social.

Respondendo aos desafios

Como resposta às pressões, o modelo alemão vem se modificando. No entanto, é necessário destacar que as respostas não estão levando a uma convergência em direção a um capitalismo liberal. O modelo alemão continua distintivo e preservando traços importantes de coordenação via *networks*. Assim, junto com os elementos de mudança, é também necessário destacar os elementos de conservação.

A relação bancos-empresas se alterou radicalmente, com redução da influência dos bancos nas decisões das empresas. No entanto, a dependência das grandes empresas em relação ao mercado de ações é ainda limitada, enquanto as pequenas e médias empresas ainda são muito dependentes dos bancos regionais. E, muito diferentemente do capitalismo liberal norte americano, a posse do capital é ainda pouco pulverizada e pouco orientada financeiramente. Uma grande parte das empresas é ainda controlada por fontes de capital estáveis e comprometidas com a empresa, compostas por outras empresas, bancos, companhias de seguro e pelo Estado.

Reformas vêm sendo adotadas para aumentar a transparência das empresas e a influência dos acionistas. No entanto, os altos executivos alemães ainda ganham muito menos que seus equivalentes nos Estados Unidos e a presença de outros *stakeholders*, com destaque para os trabalhadores, continua inibindo significativamente a autonomia dos gerentes. Além disso, as fusões e aquisições têm papel limitado, sendo também muito menor o risco de aquisições hostis, dada a existência de vários elementos que protegem as empresas contra esse risco. Por sua vez, o grau de internacionalização da economia alemã, dado pela participação de empresas estrangeiras, é ainda muito

inferior àquela verificada nos Estados Unidos e na Inglaterra.

O capitalismo alemão continua distintivo e isto se reflete no alto grau de produtividade e de qualidade da mão de obra, um dos mais elevados da Europa. Também o nível de investimento produtivo é muito maior que em países como Inglaterra e França. O capitalismo alemão tem também uma forte dimensão social, que se reflete em uma distribuição de renda mais igualitária, em menores taxas de pobreza e em maiores oportunidades para trabalhadores sem habilidades acadêmicas, potencializadas por meio de seu sistema de treinamento vocacional. As desvantagens, por sua vez, encontram-se nas altas taxas de desemprego e em um ambiente institucional menos favorável à inovação e à criatividade do que nos países de capitalismo liberal. Um grande desafio vem da necessidade de reforçar o sistema de pesquisa e desenvolvimento, principalmente quando se considera que o novo paradigma produtivo vem valorizando significativamente as inovações advindas da pesquisa básica e aplicada.

Em face de resultados econômicos desfavoráveis, incluindo o forte aumento do desemprego, que em 2004 ultrapassou as cinco milhões de pessoas – entre 11% e 12% da força de trabalho –, o governo alemão tem engajado em importantes reformas. Através de um pacote de reformas, adotado em 2003, o governo Schröder vem procurando reduzir os gastos com o *Welfare State*, reformar o sistema de seguridade social e reduzir o seguro desemprego, no intuito de forçar um rápido reingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho. O esforço é feito em conjunto com um amplo programa de treinamento e um amplo esforço para melhorar o sistema de pesquisa e desenvolvimento, ambos considerados fundamentais para aumentar a capacidade competitiva da indústria.

Um ponto central das reformas é a adoção de medidas para tornar o mercado de trabalho mais flexível. Estas incluem facilidades para demissão em empresas com menos de dez trabalhadores, eliminação da proibição para demissões de maiores de 50 anos, estímulos para a efetivação de contratos de trabalho temporários, sem proteção ao emprego, e estímulo a empregos em tempo parcial. As medidas visam claramente flexibilizar o mercado de trabalho, permitindo, principalmente às pequenas empresas, demitir de acordo com o ciclo de negócios. No entanto, vale enfatizar que a flexibilização inclui apenas uma parcela bem específica e limitada da força de trabalho. O contingente principal da força de trabalho continua sujeito às regulamentações supra destacadas. Os mecanismos de participação dos trabalhadores e proteção ao emprego continuam intactos, assim como suas implicações para estimular o investimento em habilidades específicas às firmas. Assim, as medidas visam enfrentar desafios econômicos e tornar o modelo mais flexível. Mas são concebidas no intuito de preservar relações básicas inerentes ao modelo de capitalismo coordenado.

Conclusão

Os resultados alcançados pela Alemanha nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial têm implicações importantes. Indicam que é possível uma economia ser dinâmica e altamente competitiva pagando altos salários, tendo um abrangente *Welfare State* e uma distribuição de renda igualitária. Demonstram que sindicatos fortes não são incompatíveis com boa performance econômica e que uma série de *networks* podem complementar favoravelmente o mercado, gerando resultados sólidos e positivos.

Em anos recentes, o modelo encontra-se sob pressão e vem se reestruturando.

Mudanças vêm sendo feitas para enfrentar o novo contexto internacional e tornar o modelo mais flexível. No entanto, não tem havido, até o momento, convergência para um modelo liberal, nos moldes do capitalismo americano. Os alemães sabem que o capitalismo americano não é uma panacéia para todos os problemas. Apesar da boa performance nos últimos anos, é fundamental considerar os resultados sociais precários desse modelo de capitalismo liberal. O avanço econômico recente foi acompanhado por precarização das relações de trabalho, por maior desigualdade de renda e aumento na taxa de pobreza e no tempo médio de permanência nessa situação. A situação recente revelada na catástrofe de Nova Orleans, em que grande parte da população era muito pobre e sem recursos para enfrentar as adversidades, mostra claramente os limites sociais desse modelo de capitalismo.

O ideal para a Alemanha é mudar preservando suas instituições de cidadania social e participação dos trabalhadores. É importante flexibilizar partes do modelo, melhorar o sistema de ciência e tecnologia e estimular a criatividade e a inovação, fundamentais na etapa atual do capitalismo. No entanto, o ideal é fazer estas mudanças preservando uma capacidade organizacional que foi duramente construída e demonstrou ótimos resultados em décadas passadas. Há evidências de que, uma vez que o paradigma atual também se estabilize, a forte capacidade de inovação incremental, potencializada por essas instituições, volte a constituir importante fonte de vantagens para o capitalismo alemão. Isto não elimina, no entanto, a necessidade urgente de responder aos desafios e melhorar a performance econômica do modelo.

Referência

- COATES, David (2000). **Models of Capitalism: growth and stagnation in the modern era**. Oxford: Polity Press.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz (2005). "Modelos de Capitalismo e Política Comparada: instituições, performance e as respostas alemã e japonesa aos desafios recentes." Artigo apresentado no Encontro da Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica. Conservatória-RJ, Setembro, 2005.
- Hall, Peter (1999). "The Political Economy of Europe in an Era of Interdependence." In Kitschelt, Herbert; Lange, Peter; Marks, Gary e Stephens, John (eds). **Continuity and Change in Contemporary Capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hall, Peter e Soskice, David (2001). "An Introduction to Varieties of Capitalism." In Hall, Peter e Soskice, David (eds). **Varieties of Capitalism - the Institutional Foundations of Comparative Advantage**. Oxford: Oxford University Press.
- SCHMIDT, Vivien (2002). **The Futures of European Capitalism**. Oxford: Oxford University Press.
- SOSKICE, David (1999). "Divergente Production Regimes: Coordinated and Uncoordinated Market Economies in the 1980s and 1990s." In Kitschelt, Herbert; Lange, Peter; Marks, Gary e Stephens, John (eds). **Continuity and Change in Contemporary Capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press.
- STREECK, Wolfgang (1997). "German Capitalism: does it exist? Can it survive?" In Crouch, Colin e Streeck, Wolfgang (eds). **Political Economy of Modern Capitalism**. London: Sage Publications.
- THELEN, Kathleen e KUME, Ikuo (2003). "The Future of Nationally Embedded Capitalism: industrial relations in Germany and Japan." In Yamamura, Kozo e Streeck, Wolfgang (eds). **The End of Diversity? Prospects for German and Japanese capitalism**. Ithaca and London: Cornell University Press.
- YAMAMURA, Kozo (2003). **Germany and Japan in a New Phase of Capitalism: confronting the past and the future**. In Yamamura, Kozo e Streeck, Wolfgang (eds). **The end of diversity? Prospects for German and Japanese Capitalism**. Ithaca and London: Cornell University Press.

Artigos consultados na Internet:

- "One Year of Agenda 2010 - reforms for Germany." Monday 15 March 2004. In <http://www.germanyembassy.org.uk>. Consultado em 22/03/2005.
- "Shouldering Responsibility for our Country: building a stronger Germany - statement of Chancellor Gerhard Schröder to the Bundestag on the progress of the reform package Agenda 2010". Thursday, 17 March 2005. In <http://www.germanyembassy.org.uk>. Consultado em 22-03-2005.

A Al-Qaeda após os atentados de julho

Análise
Segurança

Prof. Eugenio Diniz
28 de setembro de 2005

Discutem-se se o impacto e o significado dos atentados de julho de 2005 em Londres e no Egito, e se estes seriam uma reação aos acontecimentos no Iraque.

Em duas análises publicadas anteriormente no [Conjuntura Internacional](#) ([Al-Qaeda sob pressão – Parte 1](#) e [Al-Qaeda sob pressão – Parte 2: Iraque](#)), chamou-se a atenção para a intensa pressão que a Al-Qaeda realizasse atentados de maior porte. Até então, e principalmente após a criação de grandes expectativas geradas pelas consequências políticas dos atentados de 11 de março de 2004 em Madri, na Espanha, e da sua incapacidade de atender àquelas expectativas, a viabilidade política da organização estava em xeque:

A Al-Qaeda precisa demonstrar ao seu público principal – a população muçulmana que ela pretendia mobilizar para, sob sua liderança, reunificar politicamente o mundo muçulmano –, que ela ainda existe como ator político viável, capaz de conduzir ou de liderar a luta contra o que ele chama a ‘Aliança entre Judeus e Cruzados’¹.

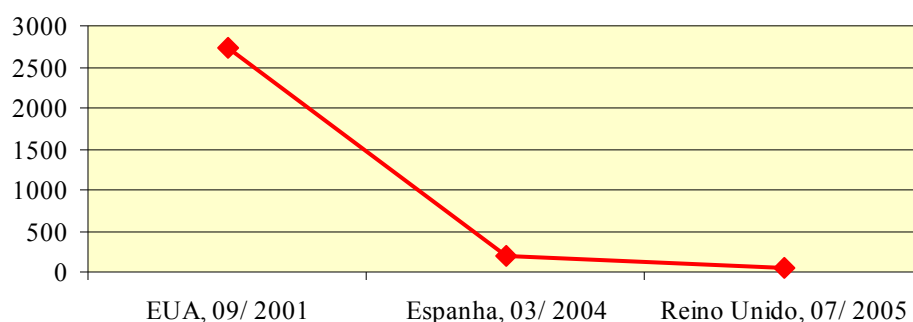
Salientava-se ainda que as ações por parte da Al-Qaeda em curso no Iraque não eram substitutos razoáveis para atentados de maior porte – até porque os atentados não impediram a continuidade do processo político patrocinado pelos EUA e demais membros da Coalizão.

Entretanto, em 7 de julho de 2005, em [Londres](#), três explosões no Metrô e uma em um ônibus mataram mais de cinquenta pessoas e feriram aproximadamente setecentas. Em 23 de julho, no Egito, atentados mataram 88 pessoas, com vários feridos. Há indícios fortes que apontam para a Al-Qaeda a autoria dos atentados.

Aparentemente, a ocorrência de atentados em Londres – coincidindo com a ocorrência da [reunião do G-8 em Gleneagles](#), na Escócia – e no Egito seria uma demonstração de força e de capacidade de ação, revelando que a Al-Qaeda permanece uma alternativa política viável², capaz até mesmo de retaliar significativamente os países que se aliaram aos EUA no Iraque. Essa avaliação, entretanto, é falsa e superficial.

Consideremos primeiro os atentados de Londres. O número de mortos equivale a quase 25% do total de mortos dos atentados de Madri (191 mortos), em março de 2004, e 2,01% do total dos mortos em setembro de 2001 (2.726 mortos), nos EUA.

Total de mortos nos atentados nos EUA, Espanha e Reino Unido



A Al-Qaeda estava em pressão máxima para agir espetacularmente, mostrando que não havia sido substancialmente enfraquecida. Desse ponto de vista, afora o impacto inicial, os atentados de julho de 2005 em Londres são antes indício — não conclusivo — de um *significativo declínio* na capacidade de atuação da rede terrorista, fora do mundo muçulmano, e particularmente na Europa e nos EUA. Antes dos atentados, podia-se especular que a Al-Qaeda não atacava por algum motivo — afinal, é impossível proteger todos os lugares ao mesmo tempo, e portanto geralmente há espaço para a realização de atentados. Depois dos ataques, entretanto, o que se viu é que, no momento de máxima pressão para agir, o máximo que a Al-Qaeda conseguiu foi muito inferior ao que ela já fora capaz de produzir antes.

Por outro lado, o impacto político foi ainda menos significativo.

Os atentados de setembro de 2001 produziram uma redefinição da pauta de prioridades políticas na maior potência do planeta — talvez a maior potência de toda a História —, gerando um realinhamento significativo em diversas esferas da política internacional e na política doméstica de uma muito grande quantidade de países.

Já os atentados de março de 2004 modificaram as intenções de voto e o resultado eleitoral na Espanha,

culminando com uma mudança significativa da política externa espanhola, e particularmente com sua saída da coalizão atuante no Iraque.

Considere-se, agora, o impacto dos atentados de julho de 2005. Em 8 de julho de 2005 — no dia seguinte aos atentados —, a Bolsa de Londres havia recuperado integralmente as perdas do dia anterior; a reunião do G-8 — com a presença, no Reino Unido, dos chefes de governo da África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, China, EUA, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Rússia — foi mantida; e, duas semanas depois, o centro do noticiário relacionado a atentados em Londres na imprensa britânica era a morte, por engano, do jovem brasileiro Jean Charles de Menezes, confundido com um dos autores do atentado fracassado de 23 de julho de 2005. A única modificação política trazida pelos atentados foi a consideração, em diversos países da Europa, de nova legislação antiterrorista, visando a dificultar a ação de terroristas.

Considerando-se o impacto político, portanto, os atentados de julho de 2005 ficaram muito aquém dos anteriores. Também desse ponto de vista, portanto, o sinal é de declínio de capacidade de atuação; na verdade, a sensação passada é de *impotência política* da Al-Qaeda, pois nenhuma modificação na conduta política do Reino Unido foi observada — a não ser, como em outros países da Europa, a

possibilidade de que se torne ainda mais difícil a atuação da Al-Qaeda em função da eventual aprovação de nova legislação.

Por fim, cabe agora considerar os autores do atentado, e sua atuação.

Os quatro autores identificados eram de origem paquistanesa, tinham nacionalidade britânica, viviam com suas famílias em Leeds e freqüentavam escolas ou tinham suas atividades profissionais. No dia dos atentados, eles se encontraram na estação de Luton e seguiram até a estação de King's Cross, onde se separaram, conforme as fitas das câmeras de segurança do Metrô.

Todos esses aspectos são inusitados e chamam a atenção. O fato de terem sido filmados juntos revela descuido com relação à segurança, pois ficou muito fácil estabelecer as conexões entre eles, facilitando significativamente o trabalho de investigação e permitindo reconstituir mais rapidamente vários aspectos da história do evento. Em função de se ter estabelecido a conexão entre os autores, e em função de suas características familiares e sociais — existência de vizinhos e colegas que conviviam com eles e não estavam relacionados aos atentados —, provavelmente facilitou a identificação de pontos comuns nas trajetórias de cada um deles, e particularmente o cruzamento de contatos, percursos, horários, trajetos, telefonemas dados e recebidos etc. Possivelmente, a investigação sobre os atentados forneceu aos investigadores uma ampla gama de informações sobre a rede, ou pelo menos parte dela, no Reino Unido, e eventualmente sobre suas conexões internacionais.

Desse ponto de vista, a Al-Qaeda parece ter tido que aceitar correr enormes riscos em termos de segurança para realizar os atentados. Se, de um lado, isso é eloqüente testemunho da pressão que a rede sofria para agir, por outro lado é um indício de que ela está sofrendo de um problema de carência de quadros, pelo menos para atuação na Europa.

Assim, considerando-se os atentados de julho de 2005 em Londres, a Al-Qaeda parece ter mostrado antes baixa capacidade de produzir danos, incapacidade de produzir resultados políticos e escassez de quadros capazes de agir sem pôr em risco a segurança da rede.

Essa observação parece reforçada com a detenção de nove supostos terroristas na França, que estariam planejando um ataque ao Metrô de Paris, em 26 de setembro de 2005. Segundo o noticiário, a célula vinha sendo vigiada desde 2003, e há indícios de que pelo menos um deles — Safé Bourada — sabia que estava sendo vigiado. Bourada já fora condenado em 1998, após o desmantelamento de um grupo terrorista muçulmano³.

Observem-se agora os atentados no Egito. O número de mortos (88 no total), embora maior que em Londres, é ainda inferior à metade dos mortos em Madri, e 3,2% do total de mortos em setembro de 2001. O impacto político também foi nulo — apesar de os ataques terem ocorrido menos de dois meses antes da primeira eleição presidencial com mais de um candidato no Egito, vencidas com facilidade pelo Presidente Hosni Mubarak, como já se previa então. A diferença com relação aos de Londres parece residir apenas na situação dos autores do atentado — mas isso pode refletir apenas uma maior resistência das autoridades egípcias a divulgar maiores informações.

Entretanto, deve-se lembrar que, em 5 de outubro de 2004 — 9 meses antes, portanto —, atentados na Península do Sinai mataram pelo menos 34 pessoas. Isso chama a atenção, uma vez que, após vários atentados entre 1994 e 1997, o governo egípcio parecia ter efetivamente dificultado a ação de terroristas no país. Algumas organizações deixaram de existir ou foram incorporadas a outras — inclusive o Jihad Islâmico Egípcio, a partir do qual Ayman Al-Zawahiri acabou por se tornar o segundo homem em

importância na Al-Qaeda.

Desse ponto de vista, a Al-Qaeda parece ter condições de atuar no Egito, e particularmente nas vizinhanças de Israel e da Faixa de Gaza. Entretanto, mesmo no mundo islâmico, para além do Egito e do Iraque, a rede terrorista parece estar encontrando dificuldade para atuar: entre outros exemplos, a Al-Qaeda vem sofrendo duros e sucessivos golpes na Arábia Saudita; além disso, a rede e seus aliados do Talibã não conseguiram prejudicar a realização, em 18 de setembro de 2005, das eleições no Afeganistão.

Mais importante, do ponto de vista de resultados políticos, o fato é que a Al-Qaeda até agora não só não conseguiu aproximar a realização dos seus objetivos, mas, ao contrário, estes se afastam a cada dia que passa. Ao mesmo tempo, sua capacidade de agir fora dos países de maioria muçulmana parece estar em declínio. Isso não significa, por outro lado, que não poderão ocorrer novos atentados, e eventualmente alguns espetaculares e com maiores implicações políticas; significa apenas que, lentamente, a Al-Qaeda vem perdendo credibilidade como força política eficaz — situação que ainda não pode ser considerada irreversível.

Por fim, cabe tratar a relação entre os atentados e a guerra do Iraque. Vários comentários sugeriram que os atentados em Londres teriam ocorrido por causa da presença do Reino Unido na Força Multinacional no Iraque, ou seja, que a política do Primeiro-Ministro Tony Blair para o Iraque teria posto os britânicos em risco.

Essa avaliação é improcedente. Além do ponto óbvio de que os atentados de 11 de setembro de 2001 ocorreram sem que houvesse ainda uma guerra no Iraque, contrariam essa interpretação as seguintes considerações:

- de que, para atingir seu objetivo de reunificação política do mundo muçulmano, a Al-Qaeda supõe ser necessário criar a percepção de que o

Islã estaria sendo perseguido pelo Ocidente, sendo necessário unir-se contra essa ameaça. Se ela passa a ser vista como apenas reagindo à ação liderada pelos EUA no Iraque, seu objetivo de longo prazo fica ameaçado;

- consistentemente com o exposto acima, nas mensagens de seus líderes, a Al-Qaeda sempre relaciona seus atentados ao que está ocorrendo “no Afeganistão e no Iraque”, e freqüentemente faz referências à situação entre Israel e os palestinos;
- que uma tentativa de ataque à Suprema Corte espanhola foi desbaratada pelas autoridades daquele país, *depois que a Espanha se retirou do Iraque*;
- que o Egito, por exemplo, nunca fez parte da Coalizão no Iraque, e nem a França — que, ao que parece, teria estado na iminência de sofrer um atentado.

¹ Diniz, Eugenio. “A Al-Qaeda sob Pressão Parte 1”. *Conjuntura Internacional PUC-Minas*, 17 de junho de 2005

(www1.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050801094946.pdf)

² Foi até mesmo especulado que os atentados de julho de 2005 poderiam ser o início de uma ofensiva de maior vulto por parte da Al-Qaeda. A respeito, v.

³ A respeito, ver as matérias no jornal *Le Monde*: Ceaux, Pascal. “Neuf proches des islamistes algériens ont été interpellés”, 27.09.2005 (www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3226,36-692961@51-690711,0.html) e Smolar, Piotr. “Les militants islamistes interpellés avaient évoqué entre eux la possibilité de frapper dans le metro”. 27.09.2005 (www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3226,36-693330@51-690711,0.html). Os dois textos foram acessados em 27 de setembro de 2005.

Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Central

Análise
Segurança / Integração Regional

Carolina Dantas Nogueira
28 de setembro de 2005

Após as críticas de Washington sobre a forma como Tashkent conduziu o Caso Andijan em maio deste ano, o governo uzbeque decidiu restringir o acesso estadunidense à sua base militar Khanabad-Karshi que fica ao sul do país. Apesar da declaração oficial do governo uzbeque sobre as restrições às atividades da base se referirem ao fato desta não ter mais tanta utilidade após 4 anos do atentado de 11 de setembro de 2001, o real motivo desta manobra parece ir muito além disso ou do caso Andijan.

Em maio de 2005, o Uzbequistão viveu uma crise na província de Andijan, localizada próxima à fronteira com o Quirguistão, e recebeu críticas de Washington sobre sua condução do caso, além de uma demanda por parte do Departamento de Estado estadunidense por uma investigação internacional independente. Em julho, o governo uzbeque oficializou uma nota de despejo junto à Embaixada dos Estados Unidos em Tashkent – capital do Uzbequistão –, restringindo a presença militar estadunidense na base aérea Khanabad-Karshi (K2) que fica ao sul do país.

Essa base, bem como a do Quirguistão, tem servido aos Estados Unidos para missões no Afeganistão após os atentados de 11 de setembro de 2001. De acordo com a nota do governo uzbeque, o país concede o prazo de seis meses para que as aeronaves, pessoal e equipamento estadunidenses deixem o local.

O território da Ásia Central tem sido palco de conflitos, internos e externos, cada vez mais frequentes. A região consiste de grandes desertos, estepes e montanhas, com centros populacionais distantes e

carentes de recursos, o que acarretou diversas disputas ao longo dos séculos. Além disso, localiza-se numa zona estratégica e de disputa entre potências políticas e militares de ambos os lados, caracterizando-se por uma permanente instabilidade social e política.

Para a logística militar estadunidense, tanto a base K2 quanto à base operante no Quirguistão, são pontos estratégicos de carga e descarga de material bélico e suprimentos. Dessa forma, a decisão pode restringir a presença estadunidense na Ásia Central, enfraquecendo, conseqüentemente, a influência direta dos Estados Unidos na região.

O caso Andijan movimentou a política da região da Ásia Central no primeiro semestre deste ano, e trouxe maior visibilidade aos conflitos que ainda permanecem sem solução. Em síntese, a crise da região de Andijan se deu quando um grupo armado invadiu uma prisão na cidade de Andijan e soltou centenas de prisioneiros. O fato acarretou diversas manifestações contra as instituições governamentais locais e motivou o governo do Presidente Islam Karimov a autorizar o uso da força, pelas tropas

locais, contra o que julgou serem grupos extremistas islâmicos. Além disso, o governo uzbeque proibiu a entrada de jornalistas na cidade e redondezas, o que acarretou suposições de centenas de mortes pela mídia internacional.

Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores do Uzbequistão divulgou, em junho, uma nota dizendo que as investigações sobre o caso seriam conduzidas através da Comissão Parlamentar Independente, que contaria com a presença de grupos estrangeiros. No final deste mesmo mês, os primeiros dados oficiais foram divulgados, notificando a morte de 169 pessoas. A Procuradoria Geral do Uzbequistão anunciou que a contagem final estava em 176 mortos, dentre estes 79 terroristas e que as mortes haviam sido causadas pelos próprios invasores da prisão.

A crítica de Washington, bem como de diversos grupos internacionais de direitos humanos, centrou no fato de que o esforço para facilitar a manutenção da ordem na região dependeria de organizações internacionais e países partes na questão. Devido à crise de Andijan, há hoje diversos refugiados uzbeques espalhados pelos países vizinhos, bem como pedido de anistia feitos ao país e que aguardam liberação.

Para o governo estadunidense, a operacionalização de acordos internacionais seria mais bem conduzida por organismos tais como a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Os Refugiados (ACNUR).

Uma vez que a província está próxima ao Tajiquistão, Quirguistão e Cazaquistão, o caso aumentou a atenção sobre a região da Ásia Central e trouxe maiores questionamentos sobre a situação, bem como manobras da Organização para a Cooperação de Shanghai (SCO *sigla em*

inglês). Criada inicialmente para resolver disputas fronteiriças entre China e Rússia, a SCO é hoje um corpo de segurança regional que tem como membros, além dos dois originais, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão.

A SCO, no dia 5 de julho, oficializou uma demanda em que os Estados Unidos deveriam marcar uma data limite para a completa retirada de sua força militar da região. Esta demanda foi rejeitada pelos Estados Unidos, alegando que as bases militares fazem parte de acordos bilaterais e não com a organização. A SCO alega que as bases não foram autorizadas de forma permanente, mas sim para dar assistência logística à guerra do Afeganistão. Ao rejeitar discutir sobre esta demanda, o governo estadunidense abriu pretexto para a nota do governo uzbeque emitida dias depois.

O governo estadunidense deve provavelmente analisar com mais vagar a demanda do governo uzbeque. De acordo com análise da agência privada de estudos estratégicos Stratfor, se as relações entre Washington e Tashkent se deteriorarem a ponto do efetivo fechamento da base K2, sem dúvida o apoio militar que o governo estadunidense mantém na região seria imensamente reduzido. Como consequência, sua influência na região seria comprometida, operando apenas com a base localizada no Quirguistão, que já sofre severas restrições de funcionamento [ver [Instabilidade no Quirguistão: envolvimento de questões étnicas e geográficas](#)]. No limite, aquilo que mantém vivo as relações entre Washington e Tashkent seria desfeito e a política estadunidense poderia tornar-se mais ofensiva com os regimes autocráticos ainda vigentes na região.

De acordo com o Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS *sigla em inglês*), na verdade, a nota do governo uzbeque não é inesperada nem representa dano aos interesses estadunidenses na

região. As primeiras restrições vieram por parte de Bishkek – capital do Quirguistão, sobre a base operante nesse país, e a demanda da SCO já dava sinais das intenções dos países da Ásia Central. No entanto, outras bases militares existentes no Tajiquistão, Turcomenistão e no próprio Quirguistão, poderiam ser pontos estratégicos negociais para os interesses estadunidenses.

Outros pontos que indicam estas intenções são as recentes ações da Rússia e China que vêm exercendo manobras políticas e militares em conjunto, alegando motivos econômicos e de cooperação. Alegam, ainda, que estas manobras não direcionam recado algum para qualquer país.

Rússia e China vivem um momento de cooperação na região, e é pouco provável que isso se altere com a perda da influência direta estadunidense na região, devido ao fechamento da base K2. Para a agência privada de estudos Stratfor, Beijing e Moscou perceberam que não podem se opor aos Estados Unidos individualmente e ainda manter intactas suas influências geográficas. Assim, a SCO se transformou também no veículo para a expressão inicial desse entendimento sino-russo, ampliando sua capacidade de diálogo aos demais países da região.

Assim como a SCO, a declaração oficial do governo do Uzbequistão sobre as restrições às atividades da K2 se referem ao fato da base não ter mais tanta utilidade pois o caso do Afeganistão está sob controle estadunidense, mas percebe-se claramente que o real motivo não é o alegado pelas autoridades locais, e muito menos está apenas relacionado às críticas feitas por Washington sobre o Caso de Andijan.

O fechamento de um ponto de apoio importante para a agenda militar estadunidense não seria por si só um fator de agravamento das relações na região, mas sim uma indicação de mudança no cenário estratégico dos países direta ou

indiretamente envolvidos e o desejo de novos rumos para a região.

Referência

Sites:

Center for Strategic and International Studies - <http://www.csis.org/>

Stratfor –

<http://www.stratfor.com/>

International Institute for Strategic Studies
<http://www.iiss.org>

Council for Foreign Relations –
<http://www.cfr.org>

Ver também:

15/04/2005 – [Instabilidade no Quirguistão: envolvimento de questões étnicas e geográficas](#)

23/06/2005 – [Uzbequistão: o mais populoso país da Ásia Central entre no rol das instabilidades que a região sofre](#)

Negociações sobre programa nuclear norte-coreano geram novo acordo

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
28 de setembro de 2005

Após mais de dois anos de negociação em torno da questão nuclear norte-coreana, Estados Unidos, Rússia, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte se comprometeram a assinar um acordo inicial. Este prevê, dentre outras medidas, o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano e também a concessão de garantias políticas, econômicas e diplomáticas por parte dos demais países à Coreia do Norte.

Desde que a Coreia do Norte reconheceu, em outubro de 2002, o reatamento de seu programa nuclear, deu-se início à mais recente crise nuclear norte-coreana. Isso devido ao fato de que tal reconhecimento representou a violação do acordo bilateral assinado em 1994 entre o país e os Estados Unidos que previa a suspensão de tal programa em troca de assistência energética e demais concessões por parte do governo estadunidense. Além disso, logo após a retomada do programa nuclear, a Coreia do Norte também se retirou do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), proibindo qualquer tipo de inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em seu país.

As negociações em torno dessa crise tiveram início em agosto de 2003, quando Estados Unidos, Rússia, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte decidiram resolver o impasse nuclear. Apesar do boicote norte-coreano à 4ª rodada de negociações multilaterais que deveria ter ocorrido em setembro de 2004, em julho de 2005 as autoridades do país decidiram voltar à mesa de negociações desde que terminassem as hostilidades estadunidenses em relação ao país.

A partir dessa nova rodada de negociações, ocorrida em Beijing no dia 19 de setembro, a Coreia do Norte realizou importantes concessões, comprometendo-se a abandonar seu programa de desenvolvimento nuclear, a aderir novamente ao TNP e também a submeter-se às inspeções da AIEA.

No mesmo documento assinado em conjunto pelos 6 países em negociação, Estados Unidos, Rússia, Japão e Coreia do Sul também fizeram importantes concessões, comprometendo-se a prover aos norte-coreanos ajuda econômica e assistência energética (petróleo e eletricidade) como parte do reconhecimento do direito do país em usar energia nuclear com fins pacíficos. Além disso, o texto do acordo inclui o compromisso assumido, entre a capital norte-coreana Pyongyang e Washington, de respeito mútuo à soberania, pressupondo a coexistência pacífica entre os países e o comprometimento à normalização das relações diplomáticas.

Porém, segundo analistas internacionais, apesar de tal acordo inicial significar um avanço em relação ao impasse nuclear norte-coreano, muitos aspectos do mesmo



mostram-se obscuros e vagos, com detalhes ainda não discutidos. O documento assinado não possui, por exemplo, diretrizes claras quanto ao prazo que a Coreia do Norte assumirá para dismantelar seu programa nuclear e nem quando permitirá as inspeções dos agentes da AIEA em seu território. Além disso, não há também prazo definido quanto à reintegração do país ao TNP. Da mesma forma, o acordo também não define se as concessões energéticas e o auxílio econômico por parte dos outros cinco países dar-se-ão simultaneamente às concessões norte-coreanas ou apenas após a confirmação do compromisso do país quanto ao fim do programa nuclear.

Todavia, o ponto de maior controvérsia em relação às negociações diz respeito à condição imposta pela Coreia do Norte para que ocorra o dismantelamento de sua força nuclear. Segundo autoridades norte-coreanas, as concessões propostas somente se realizarão se for garantido ao país um reator de água ligeira que possibilite a produção de eletricidade com fins pacíficos. Tal proposta, declarada um dia após a assinatura do acordo entre os 6 países em Beijing, representa, para autoridades estadunidenses e japonesas, uma condição inaceitável. Segundo esses países, o temor é de que a Coreia do Norte reutilize seus equipamentos nucleares civis, como o reator de água, para processar material com fins militares.

Segundo informações dos serviços de inteligência sul-coreanos, outro objetivo da Coreia do Norte seria transformar o diálogo multilateral em torno de seu programa nuclear em uma negociação bilateral entre seu país e os Estados Unidos. Essas informações também se referem aos rumores de uma visita em outubro à Coreia do Norte de Christopher Hill, o secretário adjunto de Estado dos Estados Unidos responsável pelos assuntos referentes aos países do Leste Asiático e Pacífico e o principal negociador das questões relacionadas ao impasse nuclear. Porém, segundo outras

agências sul-coreanas, o objetivo do líder da Coreia do Norte, o ditador comunista Kim Jong Il, seria receber a visita de uma autoridade superior estadunidense como a Secretária de Estado Condoleezza Rice ou mesmo do Presidente George W. Bush. O objetivo de tal visita seria o de elevar o status internacional do líder norte-coreano, além de agilizar as relações bilaterais entre os países.

A próxima rodada de negociações prevista para novembro de 2005 em Beijing, dar-se-á, segundo autoridades dos países envolvidos e em especial segundo a administração estadunidense, com vistas a estabelecer as formas de supervisão sobre as atividades nucleares norte-coreanas e também de sequenciamento cronológico do acordo, buscando definir prazos para as concessões acordadas. Porém, para alguns especialistas, as rodadas de negociações podem ainda levar alguns anos para serem concluídas, sendo necessários muitos acordos entre as partes que possibilitem a real desnuclearização norte-coreana.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

Chicago Sun-Times

<http://www.suntimes.com>

Clarín.com

<http://www.clarin.com/>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.ihb.com>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Notícias Terra <http://www.terra.com.br>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Ver também:

19/08/2005– [A crise nuclear norte-coreana](#)

24/02/2005 – [Coréia do Norte: o anúncio da posse de armas no contexto da proliferação de ar](#)

Eleições no Afeganistão

Resenha
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
29 de setembro de 2005

Em meio a denúncias de fraude e violência, as eleições parlamentares e provinciais realizadas no Afeganistão são consideradas um sucesso.

Quase um ano após as eleições presidenciais no Afeganistão, [[ver Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente](#)], as eleições parlamentares e provinciais - o país possui trinta e cinco províncias - foram realizadas no dia 17 de setembro de 2005, em meio à violência. Dezenove estações de votação foram atacadas e doze pessoas foram mortas por insurgentes ligados ao Talibã. Mesmo com a constatação de fraude por observadores internacionais, analistas consideraram as eleições um forte indicativo de progresso e suporte à democracia no país, otimismo que deve ser entendido com grande cautela já que inúmeras fraquezas institucionais precisam ser corrigidas. Foi a primeira eleição legislativa em vinte e cinco anos. Os resultados serão divulgados em outubro.

A constituição afegã determina um sistema legislativo bicameral. A câmara baixa possui 249 representantes, que são eleitos diretamente para um mandato de cinco anos. A câmara alta possui 102 cadeiras, que serão apontadas: por concílios provinciais (um membro para cada uma das 34 províncias, para um mandato de quatro anos); por concílios distritais (34 para um mandante de três anos); e pelo presidente (34 para um mandato de cinco anos), que devem ser metade preenchida por mulheres. Até a posse do parlamento, o executivo tem a

prerrogativa de exercer o poder legislativo. As eleições provinciais são diretas e para um mandato de cinco anos.

A Fundação Eleitoral Livre e Justa do Afeganistão (FEFA - *Free and Fair Election Foundantion in Afeganisthan*) disponibilizou mais de sete mil observadores, que de fato relataram violações de segurança e intimidações, mas que, segundo eles, não afetaram os resultados. A comunidade internacional fez grandes esforços para disponibilizar células de votação, utilizando-se para isso de burros, cavalos, camelos, caminhões e helicópteros.

Nas semanas anteriores às eleições a violência aumentou no país. Diversos conflitos ocorreram entre as forças dos Estados Unidos (EUA) e do Afeganistão contra insurgentes islâmicos. Algumas pessoas foram presas na tentativa de colocar uma bomba em uma hidrelétrica ao sul do país. Seis candidatos foram mortos, bem como uma pequena quantidade de civis e militares.

O exército estadunidense, em conjunto com a polícia afegã, proveu segurança para mais de seis mil estações de votação e contagem de voto. Forças de resposta a ataques foram eficazes em sua atuação. Entretanto, a comissão eleitoral das Organizações das Nações Unidas (ONU) e do Afeganistão consideraram as eleições relativamente pacíficas. O representante



do Secretário Geral da ONU no Afeganistão, Jean Aronault, condenou a violência e intimidação sobre os candidatos, mas acredita que o país esteja caminhando para acabar com a lei imposta pela força. Doze milhões de pessoas registraram-se para votar. Todos os maiores de 18 anos têm este direito. No entanto, apenas 50% compareceram de fato, o que significa uma redução em contraste com a eleição presidencial do ano passado, na qual 70 % dos eleitores votaram. Ao serem indagados pela mídia, os votantes se mostraram esperançosos de melhorias em seu país.

Dentro das estações de votação, muitas pessoas não sabiam em quem votar, isso deveu ao grande número de candidatos (5.800). Em algumas províncias o eleitorado feminino foi ativo, o que representa um grande avanço em relação ao regime do Talibã. Um total de 575 mulheres concorreu, apesar do medo de serem atacadas.

O presidente afegão, Hamid Karzai, impediu que o parlamento se organizasse em torno de partidos políticos, para que não ameaçasse o grande poder que o executivo goza na atual conjuntura. Se, por um lado, esta postura poderia contribuir para a formação de uma unidade nacional, a concentração de ação na mão de um homem que corre risco de ser assassinado diariamente seria imprudente, segundo analistas. Estes apontam também para a necessidade de um parlamento eficaz e representativo da situação política interna, para que instituições democráticas sólidas se tornem uma alternativa viável à luta armada.

Hamid Karzai, deveria ter desqualificado qualquer candidato comandante de milícia. Mesmo com a garantia dada pelos dois exércitos estrangeiros no país (liderado pelos EUA e pela Organização do Atlântico Norte - OTAN) de que evitariam qualquer ação violenta de candidatos desqualificados, apenas 32 de

207 candidatos, identificados como comandantes de milícias, foram desqualificados. Isso constituiu um erro, de acordo com os analistas, que deverá ser corrigido pelo presidente, evitando que qualquer eleito possua uma milícia.

A OTAN mandou mais dois mil homens para somar aos oito mil militares que já estavam no país, com o objetivo de reforçar a segurança durante as eleições. Atualmente se encontram no Afeganistão onze mil soldados sob comando estadunidense.

Neste novo cenário, alguns analistas apontam para o fato de que antigos comunistas seriam agora importantes aliados dos Estados Unidos em prol da modernização do país, já que seriam os únicos capacitados para liderar o Afeganistão e seu aparelho de estado democrático. Acredita-se que a votação tenha sido favorável a representações étnicas e comandantes de milícia, que poderiam eventualmente dificultar a democracia no país. Desse ponto de vista os comunistas teriam um papel fundamental em contrabalançar as facções. O sentimento negativo que a população afegã possui dos russos, identificados como invasores e responsáveis pela situação precária do país, poderia ser um problema.

De um outro ponto de vista, analistas acreditam que a candidatura de comandantes de milícias, inclusive três membros do antigo governo afegão, indicaria uma aceitação de novas formas de atuar politicamente no país, que não do confronto armado. Dessa maneira, a violência seria vista como praticada por aqueles que não têm condições de participar deste novo processo.

Apesar de todas as dificuldades políticas, a segurança na região ainda é extremamente problemática. Analistas apontam para a necessidade de se combater o Talibã, a Al-Qaeda e traficantes de drogas, que são responsáveis por grande parte do

suprimento de ópio do mundo. Há indícios de reorganização das forças do Talibã espalhadas no Paquistão, Ásia Central e Oriente Médio. Com a retirada de tropas estadunidenses da região no ano que vem, analistas afirmam que as potências européias devem estar dispostas a preencher o vazio. Contudo, o processo de pacificação será demorado e só será viável na medida em que o progresso econômico for alcançado.

A situação encontra-se pior no sul e no norte afegão, onde mais de mil pessoas foram mortas este ano. Acredita-se que exista um grande fluxo de insurgentes do Talibã entrando no Afeganistão através do Paquistão. O governo paquistanês afirma que mobilizou oitenta mil soldados para patrulhar a fronteira e para prender militantes do antigo regime afegão e da Al-Qaeda. A presença militar estrangeira tem papel fundamental na redução do número de mortes, defendem analistas.

O futuro do Afeganistão ainda é incerto. A democracia formalmente já está estabelecida, no entanto, resta saber se terá a força necessária para sobreviver, em meio às divisões étnicas e ao uso da força. Analistas apontam que a democracia não foi, em nenhum momento, fruto de uma demanda da sociedade, mas sim uma forma imposta pelo governo dos Estados Unidos. O sucesso desse modelo no Afeganistão se baseia na capacidade dessa democracia meramente formal e institucional incorporar a sociedade e se consolidar como sistema político. Para isso, o governo terá que ser capaz de promover a segurança do país, sendo fundamental a troca das armas dos comandantes de milícia pelo discurso no parlamento.

Referência

Sites:

CIA -

<http://www.cia.gov>

CNN -

<http://www.cnn.com>

International Herald Tribune -

<http://www.iht.com>

New York Post -

<http://www.nypost.com>

New York Times -

<http://www.nytimes.com>

OSCE -

<http://www.osce.org>

Stratfor -

<http://www.stratfor.com>

The Boston Globe -

<http://www.boston.com>

The Christian Science Monitor -

<http://www.csmonitor.com>

The Economist -

<http://www.economist.com>

The Library of Congress -

<http://memory.loc.go>

Union Tribune -

<http://www.signonsandiego.com>

USA Today -

<http://www.usatoday.com>

Ver também:

22/10/2004 - [Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente.](#)

Resolução europeia sobre o Irã é aprovada na AIEA

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
29 de setembro de 2005

A aprovação da proposta de resolução europeia sobre o Irã no Conselho de Governadores da Agência Internacionais de Energia Atômica (AIEA) aumenta a tensão com relação à possível denúncia do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Conselho de Governadores da AIEA aprovou no dia 24 de setembro uma resolução, apresentada pelo UE-3, composto por Alemanha, França e Reino Unido, que condena o programa nuclear do Irã e permite que o país seja denunciado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)¹. Tal resolução alega o não cumprimento do tratado por parte do Irã, apesar de o diretor da AIEA, Mohamed El Baradei, afirmar não terem sido encontradas provas de que Teerã estivesse tentando desenvolver armamentos nucleares.

No total, os europeus conseguiram apoio de 22 países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, dentre os 35 que fazem parte da diretoria da agência, tendo ocorrido 12 abstenções, dentre elas a da Rússia e a da China, e um voto contra, o da Venezuela.

Diante desta resolução, o Irã não deve aceitar de forma passiva a imposição de sanções por parte dos EUA ou da União Europeia (EU). O país ameaça retomar seu

programa de enriquecimento de urânio e revisar os acordos econômicos assinados com os países que votaram a favor da resolução apresentada pelo UE-3, tendo sido requisitada pelo parlamento informações sobre o volume de negócios entre o Irã e os três países europeus. Além disso, sendo o segundo maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sanções contra o país poderiam fazer o preço do barril do petróleo chegar a US\$ 100, segundo o comandante da Guarda Revolucionária do Irã, general Yahya Safavi.

Cumprindo também a ameaça de se retirar provisoriamente do protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), foi aprovado no Parlamento iraniano um projeto de lei que obriga o Executivo a suspender o acordo ratificado em 2003 pelo gabinete liderado pelo até então presidente Mohammad Khatami. O documento prevê que o país voltaria a seguir este protocolo caso seja reconhecido seu direito legítimo de enriquecer urânio.

Segundo a agência oficial de notícias iraniana Irna, 162 dos 231 parlamentares da Câmara aprovaram o documento durante uma sessão extraordinária realizada para a votação do texto.

¹ Órgão responsável pelo estabelecimento de possíveis sanções ao país, caso este seja acusado de violações ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Contudo, em meio a essa crise, ocorre a entrada de dez novos países-membros no Conselho de Governadores da AIEA, o que aumenta o número de países contrários à posição dos EUA, como Síria, Cuba e Belarus e que poderiam apoiar o Irã em sua disputa sobre seu controverso programa nuclear. Apesar de essas novas admissões, o poder de decisão dos EUA continuaria ainda mantido.

Referência

Sites:

AIEA News -

<http://www.iaeanews.com/>

BBC -

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online -

<http://www.folhaonline.com.br>

Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

14/09/2005 - [Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear](#)

05/09/2005 - [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)

29/08/2005 - [Irã retoma atividade nuclear](#)

01/07/2005 - [As eleições no Irã](#)

16/06/2005 - [A questão Nuclear no Irã](#)

13/08/2005 - [Programa Nuclear Iraniano pode ser levado ao Conselho de Segurança](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>